

A COMPANHIA DE JESUS E OS ÍNDIOS NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO. SÉCULOS XVI XVII E XVIII: As Fazendas de Santa Cruz e Macacu

**Aluna: Maria José Barboza**

**Orientadora: Eunícia Barros Barcelos Fernandes**

### **Introdução**

O projeto de pesquisa do qual faço parte como aluna bolsista da Iniciação Científica - *A Companhia de Jesus e os índios na Capitania do Rio de Janeiro* - teve início em agosto de 2008. Participei desde a formação do grupo, no primeiro momento da pesquisa como voluntária, me tornando bolsista PIBIC em agosto de 2009. A proposta é ampliar as reflexões historiográficas acerca da atuação da Companhia de Jesus junto aos índios na Capitania do Rio de Janeiro.

### **Objetivo**

A ampliação das reflexões historiográficas acerca da atuação da Companhia de Jesus junto aos índios na Capitania do Rio de Janeiro pretende dar visibilidade à experiência dos jesuítas no Rio de Janeiro, esclarecendo sua especificidade, pois um dos pressupostos que sustentou a criação da pesquisa foi a existência de diferentes regiões coloniais, geradoras de diferentes procedimentos e envolvimento com a dinâmica colonial. Em outras palavras, o suposto de que o modelo das missões do sul ou aquelas estabelecidas na região amazônica não se adequam à experiência da capitania do Rio de Janeiro. Identificar e sistematizar documentação que verse sobre a Companhia de Jesus e os índios na província do Rio de Janeiro, proporcionando pensar seus papéis no processo colonizador é a nossa meta.

A pesquisa é coletiva, porém, cada pesquisadora da Iniciação Científica se dedica a um tema, quais sejam: colégio, fazendas, aldeamentos e câmara. Meu trabalho na pesquisa tem sido pensar sobre o papel das fazendas jesuítas no processo de colonização na capitania do Rio de Janeiro. No desenvolvimento dos levantamentos temáticos e documentais, por exemplo, ou no reconhecimento de religiosos atuantes, eu deveria focar as fazendas, seguindo com minhas colegas o período selecionado, se o século XVI ou o XVII. Num primeiro momento, minha atenção estava voltada para a Fazenda de Macacu e a partir dela pude desenvolver minha primeira análise documental através do “Estromento de posse das terras de Macacu” (1573). Com tal registro, escrevi um artigo onde desenvolvo o auto de como um elemento de ordem social, cujo simbolismo legitima a dominação e a posse das terras pelos religiosos da Companhia de Jesus.

Nossas ações de pesquisa e registro visando gerar visibilidade à experiência singular do Rio de Janeiro estão sendo realizadas por séculos e, apesar de sabermos de algumas lacunas no XVI – que procuram ser revistas na continuidade da pesquisa -. Atualmente nos concentramos no século XVII. É importante também dizer que o volume de dados construídos já pode ser acessado através do endereço <http://acampanhiaeosindios.wordpress.com>, pois a divulgação virtual era um dos nossos objetivos.

## Metodologia

O trabalho teve início com o desenvolvimento de leituras coletivas temáticas e teóricas que possibilitaram às pesquisadoras de Iniciação Científica um panorama da historiografia sobre a Companhia de Jesus e sobre os índios, como a tese de doutorado da nossa orientadora, *Futuros Outros: Homem e Espaço. Os aldeamentos jesuíticos e a colonização na América Portuguesa*. Através da leitura desta tese nossa orientadora nos chamou atenção para a importância dos aldeamentos, tais como São Lourenço e São Barnabé fundados na capitania do Rio de Janeiro no século XVI, como instrumentos de ação da colonização que evidenciavam a aliança entre a Coroa e a Companhia no trato com a região colonial: “uma prerrogativa régia visando a lide com a alteridade índia”<sup>1</sup>. De acordo com a orientadora, o aldeamento vai ser o lugar por excelência da transformação do gentio em cristão e vassalo, segundo os propósitos transformadores da colonização. Ou seja, era um espaço colonizador que se esforçava por criar pertencimentos e identidades entre a colônia o Reino/Metrópole.

Além da leitura de *Futuros Outros...* cito dois textos de igual importância para a compreensão da historiografia acerca da Companhia e os índios, o texto de Laura de Mello e Souza intitulado “História da Cultura e da Religiosidade” onde a historiadora chama atenção para a relevância de se pensar a história institucional das ordens religiosas em regiões da América Portuguesa, apontando para uma reflexão acerca dos caminhos percorridos pela historiografia brasileira para se pensar a religiosidade e a cultura, afirmando que a historiografia se debruçou sobre temas recortados como as irmandades e as confrarias, deixando de lado um estudo mais institucional, como a história das ordens religiosas. Ou seja, o panorama construído ao início da pesquisa permitia que percebêssemos o lugar de nosso esforço.

O segundo texto é do autor John Monteiro, intitulado “O desafio da história indígena no Brasil”. A leitura deste artigo permitiu refletir sobre a limitada atenção dada à temática indígena por parte de historiadores até a década de 1980, quando o diálogo entre Antropologia e História trouxe um aumento significativo dos estudos acerca das sociedades indígenas, pensando os índios como agentes históricos e enfatizando sua capacidade de sobrevivência em relação às atrocidades cometidas contra sua existência. As leituras mencionadas acima foram importantes porque contribuíram para nos situar diante do nosso objetivo que é pensar a atuação da ordem jesuítica junto aos índios, bem como nos possibilitou uma larga visão sobre a necessidade de ampliar na historiografia brasileira as reflexões acerca dos índios e das ordens religiosas que atuaram no período da colonização portuguesa.

Simultaneamente às leituras, desenvolvemos (a) verbetes sobre historiadores - como Serafim Leite -; (b) cronologias acerca da atuação da Companhia de Jesus na América portuguesa no século XVI; (c) glossário de termos históricos e de termos da Companhia de Jesus; (d) resenhas de obras temáticas, (e) levantamentos de obras e teses, bem como (f) levantamentos documentais acerca dos temas: colégio, aldeamentos, fazendas e câmara municipal. Individualmente, cada aluna pesquisadora se dedicou a um desses temas, Além de realizar levantamentos documentais e historiográficos, sobre cada um dos temas, como parte da nossa formação de pesquisadoras, desenvolvemos análise de documentos da época pesquisada, o que deve resultar num artigo. Atualmente a atenção do grupo está voltada para o século XVII,

---

<sup>1</sup>FERNANDES, Eunícia B. Barcelos. **Futuros Outros: homens e espaços:os aldeamentos jesuíticos e a colonização na América portuguesa**. Tese defendida no programa de Pós-Graduação em História Social das Idéias, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro 2001, p. 206.

bem como a minha atenção individual. Entretanto, antes de descrever as minhas atividades em relação ao século XVII, farei considerações sobre as reflexões que realizei no primeiro ano da pesquisa quando as nossas atenções estavam voltadas para o século XVI.

Início falando sobre os levantamentos de obras e teses sobre a Companhia de Jesus e sobre o Rio de Janeiro no século XVI realizado em base de dados nacionais como a CAPES. Entretanto, para descrever tal experiência, considero importante fazer uso da afirmação feita pela orientadora no próprio projeto de pesquisa, “é verdade que encontramos hoje trabalhos importantes relativos à ação jesuítica na Amazônia (...) na região Nordeste (...) e no Sudeste (...), mas nada igual ao que encontramos para a região do Prata, nas chamadas Missões do Paraguai”. Ao dizer isto, Eunícia Fernandes chama atenção para um desequilíbrio no que concerne a compreensão sobre a atuação dos jesuítas junto aos índios, pois a região do Prata foi tomada como exemplo para toda colônia, gerando equívocos, já que o modelo adotado na prática colonizadora não se confirma por assumir formas diversas. Daí uma pesquisa que busca na diversidade do processo colonizador, a especificidade do Rio de Janeiro.

Através dos levantamentos de obras e teses pude verificar a necessidade de se ampliar na historiografia as reflexões acerca da história institucional, bem como sobre o papel do Rio de Janeiro no período colonial. No que se refere ao levantamento bibliográfico sobre a Companhia de Jesus, notei que existem muitos trabalhos sobre a Companhia em áreas como a pedagogia, mas no que se refere a trabalhos relativos à historiografia, ainda são encontrados poucos, embora tenha ocorrido um aumento significativo de pesquisas na área de História a partir de 1995. Minha percepção após o levantamento veio reafirmar o que disseram Laura de Mello e Souza e nossa orientadora, expressando necessidade de ampliar na historiografia brasileira as reflexões acerca da história da religião. Quanto à capitania, a dificuldade de encontrar trabalhos que versassem sobre o Rio de Janeiro colonial também foi muito grande, embora também tenha percebido que houve um aumento significativo de pesquisas devotadas à área a partir do ano 2000. O que vem ressaltar a importância da pesquisa de se pensar sobre a especificidade do Rio de Janeiro no período colonial.

No que se refere ao levantamento documental sobre as fazendas que pertenciam ao Colégio de São Sebastião do Rio de Janeiro no século XVI, trabalho realizado no Instituto Histórico e Geográfico, Arquivo Nacional, mas, sobretudo, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, notei que existe uma vasta documentação sobre a atuação da Companhia na América portuguesa e na região do Prata, considero especialmente que na Biblioteca Nacional há a coleção “Pedro Angelis”, com vasta documentação sobre a atuação dos jesuítas na bacia do Prata. Quanto à documentação referente à atuação da ordem na Capitania do Rio de Janeiro, identifiquei que existe boa quantidade de documentos, principalmente de manuscritos, mas também alguns que foram impressos, publicados pela Biblioteca Nacional nos seus Anais ou nos documentos históricos como é o caso das **“Cartas das terras de Gonçalo d’ Aguiar que partem com os padres os sobejos – Salvador Correia de Sá”**. In. *Documentos Históricos, tomo das cartas de sesmarias do Rio de Janeiro: dadas por Cristovão de Barros (1573 -74 ) e por Salvador de Sá (1578 – 79)*. Mas também documentação publicada por outras instituições como o IHGB ou por outras instituições em datas comemorativas, como a obra de Joaquim Serrão *O Rio de Janeiro no século XVI*, editada pela Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, em 1965. Trabalho publicado em dois volumes, na qual o segundo volume é reunião de documentos acerca do Rio de Janeiro no século XVI, dessa coletânea cito a *Carta de Felipe I, confirmando*

***a carta de sesmaria concedida, por Salvador Correia de Sá, aos índios cristãos da povoação de São Barnabé, do Rio de Janeiro.***

Entretanto, quanto à documentação sobre as fazendas com as quais trabalho no projeto, especialmente Santa Cruz e Macacu, encontrei dificuldades no que diz respeito ao material do século XVI; ao fazer uso dos descritores “capitania do Rio de Janeiro”, “fazendas jesuíticas no século XVI”, “Fazenda de Santa Cruz”, “Real Fazenda de Santa Cruz”, “Macacu”, notei que a documentação existente para o século XVI é escassa, havendo mais material para os séculos XVIII e XIX embora Santa Cruz tenha sido a mais antiga sesmaria de Guaratiba, doada por Cristovão Monteiro em 16 de janeiro de 1567, em nome de Martim Afonso de Sousa e posteriormente doado aos padres da Companhia pela Marquesa Ferreira e sua filha.

A Fazenda de Santa Cruz foi constituída sob o interesse das Coroa portuguesa e espanhola, ou seja, durante o período da União Ibérica – a união entre a coroa lusa e a espanhola representou para Portugal “um alento em meio a crise econômica e tamanha instabilidade, significando para Portugal a possibilidade de ampliação comercial e de recursos financeiros, uma vez que a Espanha vinha obtendo êxitos invejáveis advindos das conquistas coloniais”<sup>2</sup>. A Fazenda de Santa Cruz alcançou seu maior desenvolvimento no século XVII, a fazenda fornecia gêneros agrícolas em grande escala, caracterizando – a no final do século XVIII como grande estabelecimento agropecuário. Tinha igreja, residência, hospedaria e escolas para os meninos da catequese, engenho para a produção de açúcar, estaleiro onde se fabricavam canoas, plantações de mandioca, feijão e algodão. Embora, os documentos revelem que Santa Cruz atingiu seu apogeu econômico no século XVII, existe uma vasta documentação sobre esta fazenda nos séculos XVIII e XIX, o que me leva a crer que tal fato, possui conexão com a política de expulsão dos jesuítas da capitania em meados do século XVIII pelo marques de Pombal. A fazenda de Santa Cruz em 1760 passa a ser chamada de Fazenda Real, depois de Fazenda Imperial e finalmente de Fazenda Nacional.<sup>3</sup>

A Fazenda de Macacu foi uma importante fazenda do Colégio, entre outras coisas, por ser produtora de farinha de mandioca. Macacu foi resultado da doação de terras realizada por Miguel de Moura e sua esposa Beatriz de Souza aos padres da Companhia, em 1571, mas que a posse só foi efetivada em 1573. Esta fazenda foi constituída, onde posteriormente seria as mediações do aldeamento de São Barnabé. No que concerne a esta fazenda também encontrei dificuldades quanto aos documentos para o século XVI, à exceção do *Livro de Tombo das Escripturas das couzas, que pertencem ao collégio de São Sebastião da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro. Séculos XVI – XVII (1568 – 1673)*, manuscrito que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e que possui versão impressa publicada pelos *Anais da Biblioteca Nacional* em dezembro de 1962, volume 82. Este documento traz informações importantes sobre os governadores da capitania, doações de sesmarias aos padres da Companhia, provisões do El-Rei e dos provedores do tesouro da capitania do Rio de Janeiro no século XVI e XVII.

No *Livro de Tombo* encontrei alguns documentos relativos à Fazenda de Macacu no século XVI, entre eles, o “Estromento de posse das terras do Macacu

---

<sup>2</sup>ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos: O Cotidiano na administração dos bens divinos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 p. 88

<sup>3</sup>LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Belo Horizonte. Editora Itatiaia, 2006.

conteúdas na carta atrás. (1573)”. O documento me chamou atenção por descrever um ritual de posse; no qual o reitor do colégio do Rio de Janeiro, o jesuíta Gonçalo de Oliveira, percorre a terra adquirida na presença de testemunhas, carregando nas mãos terra, galhos de árvore, folhas, lava as mãos nas águas do Rio Macacu, e afirma a efetivação - se não houvesse contradição por partes de outros possíveis donos - a posse da terra. Este foi o primeiro documento que selecionei para analisar por ser, entre outras coisas, o primeiro manuscrito que obtive nas mãos, no início de minha trajetória como pesquisadora marcada por uma emoção que não conseguir exprimir por palavras ao perceber que estava diante de uma ponte para outro mundo.

A análise do “Estromento de posse das terras de Macacu” resultou num artigo no qual pensei as relações na colônia entre o sagrado e o profano, ou seja, apresentei como através de referências sociais e culturais o espaço passava a existir através do rito de posse que, dotado de referências culturais, legitimava a ocupação e a dominação territorial. O rito, carregado de simbolismo, cumpre sua função de legitimar a posse de tais terras, simultaneamente faz referência ao sagrado, conservando identidades entre o homem e a natureza por meio do poder simbólico. Isso significa dizer que os conquistadores davam sentidos aos seus gestos, construíam significados na prática social por meio da representação - como o auto de posse de terras -, significados que vão ao encontro aos interesses dos agentes sociais envolvidos, a Companhia de Jesus e a Coroa Portuguesa. Para tal afirmação, recorro citação de Pierre Bourdieu: “o acto de magia propriamente social de *diacresis* que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural não só entre as regiões do espaço mais também entre as idades. *Regere fins* – o acto consite em traçar fronteiras separar o interior do exterior”<sup>4</sup>. Os interesses dos jesuítas e da Coroa no período da colonização carregam “um afastamento do *homo religiosus*, mas que vem autorizada e acompanhada pela religião. Se o processo de racionalização avança combinadamente com o de secularização, eles, no entanto, não se opõem a idéia de um Deus. Ao contrário, é o divino e o sentimento religioso que muitas endossa um aprofundamento da ruptura”<sup>5</sup>.

Atualmente minha atenção está voltada para século XVII, bem como, as outras alunas pesquisadoras, cada uma com o seu tema. Após realizar levantamentos documentais para o período, me propus analisar o “*Processo relativo às despesas que se fizeram no Rio de Janeiro por ordem de Martim de Sá para as despesas dos inimigos que intentavão cometer a cidade e o porto 1628-1633*”. O documento é publicado pelos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* em 1937, no volume LIX. São documentos relativos às providencias tomadas por Martim de Sá, capitão mor e governador da capitania do Rio de Janeiro, para proteger as terras da capitania ameaçada de invasão pelos holandeses.

No documento, são encontradas certidões de escrivães e de religiosos da Companhia referentes à descida dos índios de Patos para os aldeamentos do Rio de Janeiro. Exemplares são: a certidão do escrivão Francisco da Costa certificando os papéis e mandados do almoxarife Rafael de Carvalho, nos quais consta que Martin de Sá pediu farinha para dar aos índios na viagem de Patos para a Capitania do Rio de Janeiro; o despacho do provedor pedindo ao padre Francisco Carneiro que declarasse o número de casais e de cabeças que desceu de Patos para o Rio de Janeiro; bem como a certidão do padre Francisco Carneiro declarando e confirmando o número de índios e casais descidos para a capitania.

No *Processo* encontra-se ainda o mandado do provedor Souza de

---

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*, Lisboa: Difel, 1989, p. 113

<sup>5</sup> Idem, p 113.

Vasconcelos que ordenava que fosse entregue ao padre Francisco Carneiro religioso da Companhia de Jesus oitocentos alqueires de farinha para o sustento dos índios que desceu de Patos e para que fossem entregues foice, machado e enxada aos casais, ou seja, ferramentas para fazerem suas roças e produzirem seus mantimentos. Lê –se também que anzóis foram entregues aos índios para ajudar no seu sustento enquanto não estivessem situados.

A leitura da documentação mencionada torna evidente a relação de parceria entre a Coroa portuguesa e a Companhia de Jesus. Meu esforço tem sido a compreensão do envolvimento dos jesuítas na descida dos índios de Patos para os aldeamentos do Rio de Janeiro, acredito que entre eles, o aldeamento de São Barnabé, que naquele momento se localizava nas terras da Fazenda de Macacu; “Serafim Leite afirma que o aldeamento de São Barnabé foi iniciado no Cabuçu em terras doadas aos 26 de agosto de 1579, data que confere com o documento de confirmação de sesmaria, lavrado por Felipe I, para os índios cristãos de São Barnabé. Em 1584 o aldeamento teria sido transferido para as margens do Rio Macacu, o que coincide com a doação feita para os índios de São Lourenço em 1579, ou seja, o aldeamento de São Barnabé estaria se estabelecendo em terras do aldeamento de São Lourenço.”<sup>6</sup> Acredito que a preocupação dos inicianos com os contingentes dos aldeamentos em função das invasões holandesas por isso teria sido o esforço para a descida dos índios.

## Conclusão

As leituras realizadas na pesquisa são de grande valor para nossa formação como historiadoras, bem como o nosso contato com os arquivos públicos de tem sido igualmente significativo. A participação na pesquisa me possibilitou um amadurecimento no qual tive resultado concreto na hora de elaborar o meu projeto de pesquisa para a monografia, que entre outras coisas, é resultado das reflexões empreendidas na pesquisa A Companhia e os índios. Informo que o meu interesse pelo discursivo desaparecimento dos índios em Pernambuco em meados do século XIX, tema selecionado para a monografia, decorreu em parte desse meu envolvimento.

Quanto ao artigo que produzi, com base na certidão de posse de terras de Macacu, devo dizer que sua análise me levou à compreensão de que o sentido religioso é o que possibilita o acordo entre a Coroa portuguesa e os padres da Companhia de Jesus e que a religiosidade é a expressão fundamental do colonizador no trato com a região colonial. Quanto ao “*Processo relativo às despesas que se fizerão no Rio de Janeiro por ordem de Martin de Sá para as despesas dos inimigos que intentarão cometer a cidade e o porto 1628-1633*”, a reflexão ainda está em desenvolvimento, porém, mais uma vez se torna forte a conexão entre religiosidade e ação temporal da colonização, o que me faz pensar na religião como grande força motriz da colonização portuguesa e, de certo modo, articulando-se aos interesses temporais da Coroa.

---

<sup>6</sup> FERNANDES, Eunícia B. Barcelos. **Futuros Outros: homens e espaços: os aldeamentos jesuítos e a colonização na América portuguesa.** Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001 p. 82

## Referências:

- ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos: o Cotidiano na administração dos bens divinos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**, Lisboa: Difel 1989
- CURTO, Diogo Ramada, “A Cultura Política”, In: MATTOSO, José (org). **História de Portugal**.v. 3, Lisboa, Editorial Estampa
- ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1996
- FERNANDES, Eunícia B. Barcelos. **Futuros Outros: homens e espaços: os aldeamentos jesuíticos e a colonização na América portuguesa**. Tese defendida no programa de Pós – Graduação em História Social das idéias, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro 2001.
- GESTEIRA, Heloisa Meireles. TEIXEIRA, Alessandra dos Santos. “As Fazendas Jesuíticas em Campos dos Goiatazes: práticas médicas e circulação de idéias no império português (séculos XVI ao XVIII)”, In: **Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica** – N. 27 – 2 2009.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 2006, 10 v. em 5
- MATTOSO, José. **História de Portugal** v.3 Lisboa, editorial Estampa, 1993.
- PALHA, Leonardo Maciel Garcez. **Salvador Benevides e o Rio de Janeiro no século XVII(1637-1660)** Dissertação de Mestrado: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007
- SERRÃO, Joaquim. **O Rio de Janeiro no século XVI**, Lisboa, Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV centenário do Rio de Janeiro, 1965.
- SEED, Patrícia. **Cerimônias de posse na Conquista Européia no Novo Mundo (1492 -1640)** SP, UNESP, 1999.

## Anexos:

### Anexo (1): Verbetes sobre o historiador Serafim Leite

Serafim Leite nasceu na cidade do Porto em 6 de abril de 1880. Veio para o Brasil aos 15 anos de idade, foi historiador e padre jesuíta. O historiador jesuíta teve como principal objeto de estudos a Ordem Jesuíta. Refletindo acerca das significativas realizações da Companhia na América portuguesa. A Companhia, segundo, o historiador jesuíta, cumpriu sua missão histórica, desde os grandes colégios das primeiras cidades até as fazendas e engenhos de açúcar e às aldeias e fazendas que também, muitas delas, são hoje prósperas cidades.

Serafim Leite foi o responsável pela produção da obra “História da Companhia de Jesus no Brasil”. Uma obra monumental publicada em dez volumes. Esta obra teve uma segunda edição fac-similada no ano de 2000 em razão da comemoração dos 500 anos da descoberta do Brasil. O 1º e 2º volumes dessa obra foram publicados em 1938, o 3º tomo publicado em janeiro de 1943, o 3º volume em fevereiro de 1943, ambos publicados por propostas de Afrânio Peixoto e Rodolfo Garcia, o então ministro da educação Gustavo Capanema e o Instituto Nacional do Livro, na Imprensa Oficial. O 5º e 6º volumes saíram em agosto e setembro do mesmo ano, pela Imprensa Oficial. O 7º e

o 8º saíram em 1949. O 9º volume saiu em agosto de 1949 e 10º e último volume em março de 1950.

Em 1954 por ocasião do IV centenário da cidade de São Paulo e incentivado por Sergio Buarque de Holanda, o autor publica “Cartas dos 1º jesuítas no Brasil”. Sua obra é considerada de suma importância para se pensar a historiografia brasileira e atuação dos jesuítas no Brasil. Sua principal obra é “História da Companhia de Jesus no Brasil”, citada acima.

## **Anexo (2): verbete sobre as fazendas jesuíticas na capitania do Rio de Janeiro**

### **1. Fazenda Santa Cruz**

A Fazenda Santa Cruz data de 1590 resultado da doação da Marquesa Ferreira e sua filha e posteriormente da compra de léguas a Tomé Correa de Alvarenga, em 1654. Dois anos depois o colégio comprou mais três léguas e a Fazenda Santa Cruz passou a contar com 10 léguas de terras. Santa Cruz era considerada uma fazenda modelo. Possuía no final do século XVIII características de grande estabelecimento agropecuário. Obtinha Igreja, vasta residência de sobrado, hospedaria e escolas para os meninos da catequese, engenho para a produção de açúcar, estaleiro onde se fabricavam canoas, plantações de mandioca, feijão e algodão.

A Fazenda de Santa Cruz fornecia 500 cabeças de gado bovino para sustento do colégio. Um total de 700 servos que se distribuíam nas tarefas de pastoreio, os que amansavam cavalos e os que cuidavam das diversas oficinas da fazenda, as mulheres que cuidavam da lavoura de onde se tirava feijão, legumes e mandiocas. Esta fazenda foi transformada em 1760 em Fazenda Real, depois em Fazenda Imperial e enfim, em Fazenda Nacional.

### **2. Fazenda de Macacu ou Papucaia**

A Fazenda de Macacu tem sua origem no final do século XVI, data de 1571 resultado da doação de Miguel Pereira. Nesta fazenda, assim como nas demais fazendas jesuítas tentou-se a criação de gado e a policultura. Mas verificou-se que suas terras se prestavam mais à cultura da mandioca, razão pela qual se centralizou nessa fazenda a fabricação de farinha.

Em 1757 era a mais importante fazenda do colégio na produção de farinha. Do trabalho na fazenda de Macacu, ocupava-se 223 servos. Para o serviço da lavragem e carretos existiam nela 17 bois e 20 cavalos. A Igreja da fazenda recebeu neste ano, para as despesas do culto, 89 escudos romanos e gastou 67. tomou conta desta fazenda em 1759 o Estado e da farinha o ouvidor Gonçalo José de Brito.

### **3. Fazenda de São Francisco Xavier**

A Fazenda de São Francisco Xavier era também conhecida por fazenda do Saco por se localizar numa enseada. A localização desta fazenda não era muito longe da Aldeia de São Lourenço. Os jesuítas alugavam a terceiros, terrenos e locais dessa fazenda. Quando saíram da Aldeia de São Lourenço em razão do movimento geral de tombamento das terras do colégio do Rio, que se iniciou durante o reitorado do Pe. Antônio Cardoso que começou a governar em outubro de 1722, os jesuítas ficaram um ano nessa fazenda. Até o momento do tombamento pelo ouvidor Manuel da Costa Mimoso.

Esta fazenda nunca teve vida autônoma, como simples dependência que era do colégio do Rio, de caráter rural, ou antes, florestal, de serradores e lenhadores. Em 1757

eram 55 cortadores que cortando madeira abastecia de combustível a cozinha do colégio do Rio.

#### **4.Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos**

A Fazenda de campos Novos foi fundada pelos padres a residência e a Igreja de Santo Inácio. No século XVII para distingui-las das demais fazendas que se localizavam no campo dos Goitacás, ela passou a se chamar Fazenda de Campos Novos. Essa fazenda durante meio século teve sua vida econômica estável. A quantidade de gado vacum 1.500 cabeças, essa fazenda não possuía engenhos, mas era campo de policultura, onde predominava a mandioca. Dessa fazenda eram conduzidos em pequenas lanchas e pequenos navios a farinha e o legume para o colégio do Rio e grande quantidade de madeira de lei para a produção de carros, destinados a outras fazendas e para a construção e reconstrução de edifícios.

#### **5.Fazenda de Santa Ana de Macaé**

Situada entre as duas grandes fazendas de Campos dos Goitacazes e Campos novos, doada ao colégio do Rio por Martin Correa a 1º de agosto de 1630, durante muito tempo ficou na órbita das duas fazendas. Em 1701 continha gado e fabricava farinha.

A estas terras se juntou depois meia légua doada por Tomás de carvalho ao norte do rio Macaé. O aproveitamento intensivo da Fazenda Macaé como núcleo autônomo e titulo privativo separado dos Campos de Goitacazes e dos Campos Novos, iniciou-se em 1734 e aparece a 1ª vez no catálogo da Companhia em 1737 com o Pe Pedro dos Santos e o Ir. Marcelino da Silva. Um memorial datado de 1775 dizia que a produção da Fazenda era de pouco lucro e que consistia em madeira. A madeira era abundante e própria para a construção de navios e edifícios. A esperança de obter maiores lucros nesta fazenda foi no período correspondente ao final do século XVIII. Quando ocorreu a construção de novo engenho para o qual se plantavam canaviais. Nesta fazenda foi erigida pelos jesuítas a Igreja de Santa Ana.

#### **6. A fazenda do Colégio**

Esta fazenda se localizava no Campo dos Goitacases, nela foi erguida uma fabrica de cerâmica, suas terras eram férteis e adequadas para plantações de cana de açúcar. Nela havia um grande engenho para a produção de açúcar. Era na altura da incorporação a primeira fonte de receita. Repartia-se em muitas fazendas de criação, onde em 1757, pastavam 16.580 cabeças de gado vacum e 4.670 de gado cavalari.

A igreja desta fazenda era centro do culto e ministério do numeroso pessoal da fazenda e também centro de devoção de muita gente da redondeza afeiçoada aos jesuítas.

Paralelo a essas fazendas estão os engenhos e fazendas como a de São Cristovão que servia para a plantação de árvores frutíferas e legumes. Além dos Engenhos Velho e o Engenho Novo. O Engenho velho foi erguido no século XVI e no local também foi erguida uma ermida. Depois o Pe Manuel André, falecido em 1678,construiu a Igreja de são Francisco Xavier ,que foi reconstruída no século XIX e restaurada no século XX por Marc Dowel;é hoje uma das grandes paróquias da cidade. O Engenho novo foi construído por necessidade de povoamento da cidade e para substituir em parte o Engenho velho, cujas terras foram parcialmente arredadas, ficando com menos canaviais e a produção reduzida. O Engenho Novo data do século XVIII.

Bibliografia:

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte. Editora Itatiaia, 2006. 10 v em 5

**Anexo (3): levantamento documental sobre as fazendas jesuíticas no século XVI**

**1) Livro de tomo das Escripturas das couzas, que pertencem ao Collégio de São Sebastião da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro. Século XVI –XVII( 1568-1673).273.f.28,5 x 2,05 cm.Original . Smss**

A obra citada acima se trata de um manuscrito que traz termo de abertura sem data, mas o primeiro documento 15/03/1568 foi transcrito em 4 de junho de 1577;o último, um século depois em 1673.O manuscrito é encontrado na Biblioteca nacional do Rio de Janeiro. Possui versão impressa publicada pelos *Anais da Biblioteca Nacional em dezembro de 1962,volume 82*.

O livro de tomo traz informações sobre os governadores, doações de sesmarias, provisões do El-rei e dos provedores da Fazenda (tesouro) da Capitania do Rio de Janeiro no século XVI e XVII.

Quanto à potencialidade do documento para a pesquisa *A Companhia de Jesus e os Índios na Capitania do Rio de Janeiro. Séculos XVI, XVII e XVIII*, acredito, ser importante porque além de conter informações que abrangem os séculos XVI e XVII, o material na sua descrição nos permite evidenciar as relações entre a Coroa e os religiosos jesuítas. No livro de Tombo encontrei documentos que são importantes para a minha pesquisa sobre a Fazenda de Santa Cruz e a Fazenda de Macacu, porque esses documentos tratam não somente das doações dessas terras aos jesuítas, mais também da relação da Companhia de Jesus com a terra e os conflitos existentes em alguns casos quanto a posse de terras.

Quanto ao resultado final do levantamento, tentei organizar por ordem e na medida em que fui encontrando. Em razão disso coloquei primeiro os documentos que retirei do livro de tomo, depois organizei na sequência os outros documentos. Também quero ressaltar que existe na listagem documentos, onde não faço referência à coleção de fundo o qual determinado documento pertence e outros em que faço, devido ao fato da base de dados da Biblioteca Nacional fornecer essa informação para uns documentos e outros não.

**Os documentos retirados do livro de Tombo são:**

**1 *Cartas das terras de Macacu que foram dadas e confirmadas ao Collégio do Rio de Janeiro. Anais da Biblioteca Nacional, volume 82. p.72***

Contem informações sobre a Petição de Terras feita por Miguel de Moura ao EL-Rei Dom Sebastião para a construção de engenhos. Posteriormente trata da doação dessas terras por Miguel de Moura e sua esposa Beatriz Costa aos padres da Companhia de Jesus.

**2 *Estromento de posse das terras do Macacu conteúdas na carta atrás. (1573).Anais da Biblioteca Nacional. Volume 82.p.78***

O documento relata sobre a posse das terras de macacu pelos padres jesuítas.

**3 *Sobre as terras de Macacu e Tembey que já estão vendidas. Sentença contra huns que se quizerão alcançar as terras do Collégio em Macacu, em 1595. Anais da Biblioteca Nacional. Volume 82 p.133***

Esse documento trata de ação judicial movida pelos padres jesuítas em 1595 contra Bastião Fernadez na qual os jesuítas tentavam provar que possuíam a posse

de Três léguas de terra do Rio Macacu e quatro léguas que se seguiam para o sertão com tudo o que nelas houvesse; água, roças...

**4 *Arrendamento das terras das terras do Tembey, no Macacu. Anais da Biblioteca Nacional. Volume 82,p. 138***

Relata o arrendamento de terras que os jesuítas fizeram com Gaspar de Magalhães e Francisco da Fonseca.

**5 *Verba do testamento de Marqueza Ferreira em como deixa ao collégio do Rio as terras de Guaratiba. Anais da Biblioteca Nacional. volume 82 p. 189***

Esse documento relata uma espécie de inventário feito pelo administrador das terras de Guratiba; na qual diz conter as terras oito léguas as quais deveriam ser divididas igualmente entre os padres. É citado também no documento as terras de Igoaussum nas quais havia duas léguas de fazenda,roça e pomares.

**6 *Carta das terras de Guaratiba que deu a Marquesa Ferreira que Deus aja....Anais da Biblioteca Nacional.Volume 82.p.156***

É a carta de doação das Terras da Fazenda de Santa Cruz ao Colégio do Rio de janeiro.

**7 *Conserto das terras de Magé,entre Chiristovão de Bairros e o Collégio e troca de huma légoa no Macacu.Anais da biblioteca nacional.volume 82.p 190***

O documento faz referencia a troca de uma légua de terras as margens do Rio Macacu indo até a banda Magé entre o Colégio dos jesuítas e Cristovão de Barros

**8 *Medição das terras de Macacu em 1579. Petição apresentada pelo Reitor Pe. Baltasar Alz.Procurador do Collégio de Jesus desta cidade. Anais da Biblioteca Nacional. volume 82. p. 193***

O documento é sobre a petição feita a Coroa pelo padre Baltazar, procurador do Colégio, neste documento também contem informações sobre o auto de posse, demarcação e marcação das terras.

**9 *Mediçã da légoa de Pacocaya. Anais da Biblioteca Nacional. Volume 82.p.204***

Esse documento traz informações sobre a medição das terras em 1587 da légua trocada pelo colégio e o senhor Cristovão de Barros.Onde o senhor Cristovão deu uma faixa de terra ao longo do Rio Magé os jesuítas e os padres deram ao senhor Cristovão Barros a faixa de terra ao longo do Rio Macacu.

**10 *Sentença de confirmação das medições feitas nas terras do Macacu do Colégio para cercado que a religião faz. 1599. Anais da Biblioteca Nacional. Volume 82.p.206***

Os documentos acima trazem importantes informações sobre a Fazenda de Macacu e a Fazenda de Santa Cruz no século XVI, contem dados sobre a doação e confirmação da doação dessas terras do Macacu. Apresentam também situações de conflitos quanto à administração; envolvendo arrendamentos de terras e problemas com demarcação territorial.

**2) *Observações Sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz.Anais da Biblioteca Nacional.Volume 111.Publicado em março de 1990.***

Essa publicação é resultado do trabalho de transcrição feito pela historiadora Ana L.L.Werneck e suas anotações pertinentes do manuscrito sobre a *Real Fazenda de Santa Cruz, em 1815*. O documento é do século XIX,mas contem dados importantes sobre o século XVI;informações relacionadas a administração feita pelos jesuítas no século XVI.Por esta razão o coloquei nesta lista acreditando que esse material possa me ajudar em algum momento.

**3) Carta régia ao provincial da Companhia de Jesus da província do Brasil, ordenando que os religiosos residentes na Capitania do Rio de Janeiro tornassem à administração das aldeias a seu cargo e determinando a localidade que estes passariam a ter.Lisboa 6 de dezembro de 1647. Anais da Biblioteca nacional. vol.102,Rio de janeiro 1982**

O documento acima serve para a pesquisa no geral. Mas não serve para o momento presente por ser um documento do século XVII.

**4) “APONTAMENTOS sobre o palácio de São Cristovão, seus melhoramentos, hábitos da Corte, reformas nos serviços da casa imperial, cultura de amoras e outras, além de referencias à Fazenda de Santa Cruz e a demais serviços prestados pelo conselheiro Paulo Barbosa da Silva, à época mordomo da casa imperial.”(Rio de Janeiro)1840 aut.Ms 10p pelo conselheiro Paulo Barbosa da Silva**

Este documento não serve para a pesquisa por ser do século XIX

**5)“Notas sobre flora e os vegetais úteis da Fazenda de Santa Cruz”.Rio de Janeiro 01/1872-04/1872.original manuscrito.14f.**

Documento do século XIX

**6) “Carta de sesmaria dos índios que vieram da Serra e de Vasco Fernandes Maia e Fernão d’Alvares e Antonio Selema e de outros índios de São Lourenço-terras nas proximidades de Macacu”.IN: Documentos Históricos-tombo das cartas de sesmarias do Rio de Janeiro:dadas por Cristovão de Barros(1573-74) e por Salvador de Sá (1578-79)**

Sesmaria importante para a pesquisa por conter informações sobre Macacu e a aldeia de São Lourenço no século XVI.

**7)“Cartas das terras de Gonçalo d’Aguiar que partem com os padres os sobejos-Salvador Correia de Sá”.In : Documentos Históricos, tomo das cartas de sesmarias do Rio de janeiro: dadas por Cristovão de Barros(1573-74) e por Salvador de Sá (1578-79)**

**8)SILVA, João Fernandes da. “Folhas das despesas com operários nas obras da Fazenda de Santa Cruz”. Rio de Janeiro,1809.Orig. MS 29 f cat-RJ/vol 104,n 130**

Documento do século XIX

**9)Real Fazenda de Santa Cruz- “Notícia proveitosa a beneficio da fazenda real, sobre o principio estado passado e presente da fazenda de santa Cruz, que foi dos denominados jesuítas e hoje incorporada na Real Coroa” S.I (18...)orig. Cópia MS** Contem aquarela sobre papel, configuração das terras da Fazenda de Santa Cruz, prospecto dos edifícios fundados pelos jesuítas na fazenda, incluindo duas plantas da Fazenda medindo 34,50x22,50 cm e 54,00x72,00cm.Apesar de ser do século XIX esse documento é importante porque contem informações do inicio da fazenda.

10) VASCONCELOS, Leonardo Pinheiro de. “Ofício ao conde de Aguiar pedindo que seja nomeado um ministro e um engenheiro para legalizar os arrendamentos de terras na Fazenda de Santa Cruz e seus limites”. Rio de Janeiro, 22/10/1812 .Orig.Ms 2p. Fundo/coleção Rio de Janeiro

Documento que não serve para o momento em que caminha o projeto por ser do século XIX

11)REIS,Manuel Martins do Couto.” Ofício enviando cópias das relações do gado vacum oferecido a S.A.R pelo povo da capitania de Minas Gerais, e Fazenda de Santa Cruz e as condições em que o mesmo gado chegava a Fazenda de Santa Cruz”. Fazenda de Santa Cruz, 17/06/1808 .Orig. MS.6p

Documento do século XIX

12) LUZ. Miguel Martins da. “ Ofício remetendo os mapas dos casamentos, batizados e óbitos que ocorreram no curato da Fazenda Imperial de Santa Cruz.” Rio de Janeiro,04/1843 Orig.Ms.13 f. Fundo/coleção Rio de Janeiro

Documento do século XIX

13) “ Informações sobre o escravo Leonardo Pinheiro que, recebendo alta do hospital,seguiu da Fazenda de Santa Cruz para a quinta da Boa Vista.” Santa Cruz. Rio de Janeiro 13/01/1848 Orig. MS 1p. Fundo/coleção Rio de Janeiro

Documento do século XIX

14) “História dos Colégios de Roma” Anais da Biblioteca Nacional.vol XIX

Documento que certamente deve servir para nossa pesquisa, por se tratar da História dos colégios jesuíticos; como o documento traz informações sobre os colégios, embora não o tenha lido acredito que contem informações importantes sobre o colégio jesuítico na capitania do Rio de Janeiro no século XVI,sendo portanto importante para a pesquisa na sua inteireza.

**Anexo (4) levantamento documental sobre as fazendas da capitania do Rio de Janeiro no século XVII**

1612 – traslados da verba do testamento da Marquesa Ferreira como deixam ao Collégio do Rio as terras de Guaratiba. (*Livro de tomo das Escripturas das couzas, que pertencem ao Collégio de São Sebastião da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro. Século XVI –XVII( 1568-1673)*)

1612 – petição e despacho para se continuar a medição das de Guaratiba(temo de juramento do medidor Antonio de Martins Palma. (*Livro de tomo das Escripturas das couzas, que pertencem ao Collégio de São Sebastião da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro. Século XVI –XVII( 1568-1673)*)

1613 – petição para se continuar a medição das terras de Santa crus que estão atrás. (*Livro de tomo das Escripturas das couzas, que pertencem ao Collégio de São Sebastião da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro. Século XVI –XVII( 1568-1673)*)

1617 – traslado da Escritura e venda da terra de Guaratiba que fizerão Manoel Veloso e Jeronimo Veloso aos reverendos padres deste Collégio. (*Livro de tomo das Escripturas das couzas, que pertencem ao Collégio de São Sebastião da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro. Século XVI –XVII( 1568-1673)*)

1624-1625 – Padre Antonio Vieira. Ânua da Província do Brasil mandada a cidade de Roma ao geral da Companhia de Jesus. Lisboa (1624-1625) Orig cop. 130 p.

1651- traslados do testamento da Marqueza Ferreira como deixa ao Collégio do Rio as terras de Guaratiba – este traslado é realizado a partir da cópia realizada em 1 de julho de 1612 (*Livro de tomo das Escripturas das couzas, que pertencem ao Collégio de*

***São Sebastião da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro. Século XVI –XVII( 1568-1673)***

1652 – Auto de demarcação das terras de Macacu – sentença de confirmação das medições feitas nas terras de Macacu do Colégio para cercado que a religião faz... 1599(traslado realizado a pedido de Estevão da Gran procurador do Colégio em 23 de outubro de 1652) (***Livro de tomo das Escripturas das couzas, que pertencem ao Collégio de São Sebastião da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro. Século XVI – XVII( 1568-1673)***)

1656 – Ofício do conde de Atouguia a Simão de Vasconcelos, padre provincial da Companhia, e a Dom Luis de Almeida e a Pedro de Sousa Pereira, acertando a compra e carga de farinha e agradecendo a pontualidade da remessa. Bahia, 23 de março – 18 de agosto de 1656. Cópia 3 doc 4p. IDH, 5: 74 – 6,81-4, localização 7,1,31 n.

1656 – Ofício do Conde de Atouguia a D.Luis de Almeida, determinando que o socorro da infantaria continuasse na forma como sempre se fizeram visto sem maiores os inconvenientes que as utilidades em socorrê-la com carne e farinha, Bahia 18 de agosto de 1656, localização 7,1,31 n

**Anexo (6): Glossário**

- Armada: conjunto de navios de guerra de uma nação.
- Auto de posse de terra: Era um ritual que consistia numa caminhada pelas terras recebidas em doação que acontecia da seguinte maneira: o capitão e o governador da Capitania, na presença do tabelião e demais testemunhas, colocavam nas mãos do sesmeiro, galhos de árvores, paus, pedras, ervas e de todo o conteúdo que nas terras houvesse, e caminhava pelas terras, não havendo contestação das terras por partes de outros possíveis donos, a posse de tais terras era dada como efetivada, podendo ser lavrada em cartório a escritura.
- Binava: celebrar (o padre) duas missas no mesmo dia.
- Bergantim: embarcação ligeira de dois mastros e uma só coberta; navio pequeno, ligeiro e aberto, próprio para combate.
- Cabido: assembleia constituída por uma ordem religiosa; corporação de cônegos de uma catedral; alpendre anexo a uma igreja.
- Câmaras: Instituição colonial de grande importância era capaz de promover a ligação fundamental entre a população e os demais órgãos administrativos coloniais. Segundo Ronaldo Vainfas, vários historiadores buscaram definir um lugar para as câmaras municipais no período colonial, entre eles, o historiador inglês Charles Boxer, que desenvolveu o tema, sob o ponto de vista de sua dimensão imperial, buscando suas especificidades no mundo colonial português. Evaldo Cabral de Melo destacou a característica fundamental das câmaras enquanto espaços privilegiados de negociação política. De acordo com Vainfas, o sistema de governo municipal era regido pelo regimento de 1506, texto que só foi alterado após a emancipação política do Brasil, em 1822. Os cargos eram preenchidos por meio de eleições, organizadas a cada três anos, momento em que eram escolhidos usualmente três ou quatro vereadores – os chamados “homens bons”. As câmaras eram responsáveis pela fiscalização das condições de vida urbana, incluindo o abastecimento de gêneros, a salubridade e higiene nas vilas. Essa atribuição ficava a cargo de um juiz, selecionado dentre os vereadores eleitos. As câmaras eram dotadas de um patrimônio municipal formado principalmente, por terrenos públicos, terras aforadas, parte do tributo real arrecadado e uns poucos tributos de caráter especificamente local.
- Cardeal-infante: cardeal - cada um dos 70 prelados que constituem o Sacro Colégio Pontifício são os principais conselheiros do papa e têm voto na sua eleição. Infante: filho de rei, mas não herdeiro da coroa.
- Capitão: antigo comandante de milícias locais.
- Capitão-Mor: cargo nas antigas milícias.

- Catecúmeno: pessoa que se prepara e instrui, nos princípios da religião, para receber o batismo; neófito, noviço.
- Coadjutor: ajunto de um pároco.
- Comenda: antigo benefício honorífico concedido a eclesiásticos ou a cavaleiros de ordens militares.
- Confraria: associação com fins religiosos
- Correspondência Epistolar de Ofício:
- Cúria: a corte do papa; tribunal eclesiástico das dioceses; conjunto das repartições administrativas do Vaticano.
- Dotação régia: previsão de uma verba inscrita em orçamento para determinado serviço, dado pelo rei.
- Degredados: exilados.
- Geral: chefe de ordem religiosa.
- Homens bons: expressão utilizada na América portuguesa para traduzir uma atitude mental típica do Antigo regime, que não considerava os indivíduos nascidos como iguais e dotados dos mesmos direitos. Ao contrário, eram o sangue, a linhagem, a ocupação e os privilégios que estabeleciam diferenças, algumas dificilmente apagadas, distribuindo-os de acordo com a escala muito sutil de graduações, determinadas tanto pelo modo como a sociedade os via quanto pelas aparências que eles próprios ostentavam. Homem bom era aquele que reunia as condições para pertencer a certo estrato social, distinto o bastante para autorizá-lo a manifestar sua opinião e a exercer determinados cargos. Na América portuguesa, associava-se em particular àqueles que podiam participar da governança municipal, elegendo e sendo eleita para os cargos públicos que estavam reunidos nas câmaras, principal instância de representação local das monarquias.
- Indulgência plenária: absolvição plena das penas temporais.
- Meirinho: antigo magistrado, de nomeação régia e que governava amplamente uma comarca ou um território; antigo empregado judicial, correspondente ao moderno oficial de justiça.
- Mestre de Meninos: o mesmo que mestre escola.
- Mestre-Escola: professor do ensino primário; dignidade inferior, em cabidos.
- Prelado: título honorífico de certos dignitários da Igreja, como bispos, arcebispos etc.
- Prelado sui iuris: autoridade eclesiástica; bispo; antigo título de Reitor da Universidade de Coimbra.
- Pároco interino: Pároco - sacerdote que tem a seu cargo a direção espiritual de uma paróquia. Interino - Provisório.
- Provincial: O padre provincial poderia nomear e investir a um padre como procurador, o qual tinha poderes para tratar dos assuntos referentes às demandas. Os provinciais eram responsáveis por enviar relatórios financeiros a Roma referentes às propriedades, colégios e outras instalações sob sua responsabilidade, devendo constar no Registro o montante de créditos e débitos de cada unidade.
- Prepósito: prelado de certas corporações religiosas.
- Padre procurador: Na Companhia de Jesus o padre procurador era nomeado pelo responsável pelo colégio – o reitor – que era responsável pela administração e condução dos assuntos referentes a um colégio e suas propriedades. Ao procurador era necessário ter o conhecimento dos trâmites administrativos e os aspectos jurídicos de defesa do patrimônio perante a sociedade eram suas atribuições. Cabia ao procurador prover os bens materiais para o culto nos colégios, e ainda exercia o controle da contabilidade verificando os créditos e débitos. Sua dedicação deveria ser exclusiva e necessariamente o afastava do trabalho apostólico como membro da Companhia de Jesus.
- Padre Superior: Junto com o procurador, procurava resolver assuntos legais, fazendo consultas, investigando cada um dos casos em profundidade, analisando quais os procedimentos legais cabíveis e mais adequados para os processos, bem como

procurava todos os meios favoráveis para ajudar a resolução das pendências. De acordo com a constituição da Ordem caberia ao superior geral competia “estipular qualquer contrato de compra ou venda de todos os bens móveis dos colégios e casas da Companhia de Jesus. Poderá também impor ou resgatar quaisquer obrigações sobre os bens imóveis, em utilidade e benefício dos mesmos colégios, com a faculdade de se poder desquitar, restituindo o dinheiro que tiver sido adiantado.” (CONSTITUIÇÕES apud ASSUNÇÃO, Paulo. 2004)

- Padre Visitador: Cabia ao visitador realizar o acompanhamento periódico, para verificar, in loco, o processo de funcionamento das diversas escolas e residências, visando instruir sobre melhores soluções, elaborando diretrizes para que todos os membros da Companhia pudessem estar agindo conforme os procedimentos internos.
- Padre Reitor: O reitor do colégio jesuítico era responsável pela administração e condução dos assuntos referentes a um colégio e suas propriedades. O reitor do Colégio deveria ter contatos diretos e freqüentes com o padre provincial a fim de dar encaminhamento aos assuntos administrativos nos quais se incluíam os relatórios econômicos, bem como as questões que envolviam a interação da Ordem com as autoridades civis
- Redízima: A dízima, que é uma contribuição que se pagava à Igreja e que consistia na décima parte dos frutos colhidos, quando enviada para o Rei.
- Professo: o religioso que professou.
- Profissão: declaração ou confissão pública.
- Regimento régio: estatuto do rei.
- Vicentinos: relativo a S. Vicente de Paula (1581-1660) ou à Conferência de S. Vicente de Paula, ou aquele que é membro desta conferência.

Bibliografia:

*Dicionário de Língua Portuguesa On-Line*, disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>, acessado em 19 de outubro de 2008.

*UOL Michaelis*, disponível em <http://michaelis.uol.com.br/>, acessado em 06 de novembro de 2008.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário de Brasil Colonial 1500 – 1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, 594p

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos: O Cotidiano na administração dos bens divinos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004

